PIBID, RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA E NÚCLEO DE ENSINO: UNIVERSIDADE E ESCOLA PÚBLICA EM DIÁLOGO NO PÓS-PANDEMIA

Fernanda Motta de Paula RESENDE, Unesp/Rio Preto

Maria Denise GUEDES, Unesp/Rio Preto

Flávia Motta de Paula GALVÃO, UFU

Marcos Danillo Lopes de Sena, SME/Rio Preto – Unesp/Marília

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Formação e profissionalização docente

fernanda.resende@unesp.br

Resumo

O presente relato discute o projeto “Ler é um ato político: leitura e interpretação de textos em tempos pandêmicos”, desenvolvido desde 2022 no curso de Pedagogia da UNESP/Rio Preto, em articulação com escolas públicas municipais localizadas em territórios periféricos. O projeto emerge no contexto pós-pandemia de Covid-19, período marcado pelo aprofundamento das desigualdades educacionais e pela exclusão de inúmeras crianças do acesso pleno às práticas escolares, especialmente em razão da ausência de recursos tecnológicos e condições materiais para o acompanhamento do ensino remoto. Fundamentado nas perspectivas de Paulo Freire, Bakhtin, Magda Soares e dos estudos do letramento crítico, o projeto compreende a leitura e a escrita como práticas sociais, políticas e emancipadoras. As ações foram desenvolvidas por meio da articulação entre três programas de formação docente — Núcleo de Ensino, PIBID e Residência Pedagógica — envolvendo estudantes de licenciatura, professores da educação básica e docentes universitários. A metodologia organizou-se em três eixos: reuniões de estudos coletivos, reuniões pedagógicas na universidade e orientações pedagógicas nas escolas, buscando integrar teoria, prática e reflexão crítica sobre o cotidiano escolar. Embora os dados quantitativos ainda estejam em sistematização, os resultados qualitativos apontam avanços significativos na aproximação entre universidade e escola pública, na formação inicial e continuada de professores e na melhoria do cotidiano escolar. Destacam-se o fortalecimento do trabalho coletivo, o apoio aos docentes, a ampliação do acompanhamento individualizado às crianças com fragilidades nas práticas de leitura e escrita e o amadurecimento dos licenciandos quanto à função social da escola pública e da docência.

Palavras-chave: Formação; PIBID; Escola Pública.

1. Introdução

Frente ao contexto pandêmico caracterizado pela Organização Mundial da Saúde em março de 2020, os sistemas educacionais passaram a enfrentar o desafio de garantir o direito à educação de crianças, adolescentes e jovens durante a Covid-19. Na Rede Municipal de Ensino de São José do Rio Preto/SP, locus deste relato, a problemática ultrapassou o âmbito da Secretaria Municipal de Educação (SME/SJRP) e chegou ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA/SJRP), diante das inúmeras demandas de famílias que afirmavam não possuir condições materiais e intelectuais para acompanhar as atividades escolares no ambiente doméstico.

Após investigações e acompanhamento da situação pelo CMDCA/SJRP, identificou-se que, apesar dos esforços da SME/SJRP para manter as atividades escolares durante o isolamento social, muitas crianças não tiveram garantido o direito de acesso à educação, tampouco a uma educação de qualidade. A rede municipal adotou o ensino remoto em 2020 por meio do programa “Rio Preto Educ Ação”, destinado a cerca de 30 mil estudantes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Entretanto, a ausência de acesso à internet, recursos tecnológicos e conhecimentos mínimos para utilização das plataformas digitais comprometeu a participação de grande parcela dos estudantes, mesmo com a distribuição de atividades impressas.

Esse cenário evidenciou e aprofundou as desigualdades educacionais já existentes no país, agravadas pela crise sanitária, política e social vivenciada no período pandêmico. Muitas crianças em situação de vulnerabilidade permaneceram afastadas da educação formal, reforçando a compreensão de que a escola pública brasileira frequentemente assume funções de acolhimento social para além da apropriação do conhecimento científico (LIBÂNEO, 2012).

A secular crise da educação pública brasileira agravada pelo isolamento social, escancarou a realidade de que aqueles que não possuem as condições materiais (computador, internet, celular e outras) foram alijados ou prejudicados no processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, reafirmamos que a função primeira da escola no Brasil é garantir a aprendizagem de conhecimentos, habilidades e valores necessários à socialização do sujeito, sendo necessário que a escola propicie o domínio dos conteúdos culturais da leitura, da escrita, das ciências, das artes e das letras, salientando que sem estas aprendizagens, dificilmente, o aluno poderá exercer seus direitos de cidadania e tornar-se um ser humano capaz de refletir de maneira crítica e autônoma.

No pós-isolamento social, retomando as atividades escolares e acadêmicas na modalidade presencial, emergiu a necessidade de refletir sobre o papel da escola e do professor no desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita e interpretação e de como amenizar as lacunas deixadas na aprendizagem das crianças marginalizadas.

Apesar das consequências da pandemia e dos tempos políticos sombrios, que historicamente perseguem e desvalida o conhecimento científico, presenciamos a retomada dos programas de formação inicial à docência, como o Núcleo de Ensino da Unesp, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e a Residência Pedagógica (RP), que passaram a se constituir como importantes espaços de articulação entre universidade e escola pública. Segundo Fernandes e Mendonça (2013), tais programas favorecem a inserção dos licenciandos no contexto escolar e contribuem para a formação docente.

Foi nesse contexto que, em 2022, foi elaborado no âmbito do Núcleo de Ensino da Unesp o projeto “Ler é um ato político: leitura e interpretação de textos em tempos pandêmicos”, com o objetivo de desenvolver habilidades linguístico-discursivas por meio de práticas leitoras com diferentes gêneros textuais, buscando aproximar os licenciandos do contexto escolar e os professores da educação básica (escola-campo) da Universidade. O projeto permanece em desenvolvimento e articula ações do Núcleo de Ensino (2022-2023), Residência Pedagógica (RP) (2022-2023) e PIBID (2022-2024) (2025-2027) no curso de Pedagogia da Unesp, câmpus de São José do Rio Preto.

2. Fundamentação e procedimentos metodológicos

As equipes dos três programas são organizadas da seguinte forma: o Núcleo de Ensino é composto por dois estudantes/bolsistas independente do ano que estejam cursando na licenciatura, com bolsa de 10 meses por ano financiada pela Pró-Reitoria de Graduação PROGRAD), e seus colaboradores que podem ser da comunidade interna ou externa à Universidade. Cabe destacar que, no Programa do Núcleo de Ensino da Unesp não há pagamento de bolsas para coordenadores e colaboradores. Já o PIBID Pedagogia/IBILCE, conta com uma equipe de 24 estudantes, 3 professores supervisores da escola-campo, uma Coordenadora de Área/Professora da Universidade e seus colaboradores. No PIBID a Coordenadora, os estudantes/bolsistas e os professores supervisores são contemplados com bolsa CAPES, de acordo com suas funções. E por fim, o RP Pedagogia/IBILCE, que conta com 15 estudantes/bolsistas nomeados como Residentes, 3 professores da escola-campo denominados professores Preceptores e uma Docente Orientadora da Universidade, responsável pelo projeto. No RP Residentes,

Preceptores e Docente Orientadora também são contemplados com bolsa CAPES, de acordo com a função ocupada.

Para o desenvolvimento dos projetos em questão, foram escolhidas duas escolas da Rede Municipal de Ensino de São José do Rio Preto, que ofertam as séries iniciais do ensino fundamental, em dois bairros periféricos do município que apresentaram desempenho considerado insatisfatório no Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP).

Frente ao desenho das três equipes, as demandas da realidade escolar e balizados por uma perspectiva de trabalho coletivo e compartilhado, entre escola e Universidade, buscamos orientar a organização, planejamento e implementação das ações do projeto "Ler é um ato político" em três momentos que antecedem a intervenção junto às crianças com fragilidades nas práticas de leitura e escrita, sendo eles: Reunião de Estudos Coletivos, Reuniões Pedagógicas na Universidade e Orientações Pedagógicas na Escola.

As reuniões de "Estudos Coletivos: Dialogando com Escola" têm como objetivo construir uma fundamentação teórica sólida, que permita aos envolvidos, Núcleo, RP e PIBID, estabelecer problematizações entre o referencial e o cotidiano escolar. As reuniões coletivas acontecem uma vez por mês com duração média de 2h, de caráter obrigatório, sendo os participantes responsáveis pelos apontamentos do texto e as coordenadoras pela mediação. Cabe ressaltar que a participação dos professores das escolas municipais nas reuniões de estudos coletivos, na condição de supervisores ou preceptores[i], tem trazido contribuições fundamentais para o exercício da reflexão acerca do referencial teórico e do cotidiano da profissão. Corroboramos com (ANDRÉ, 2018, p. 6) ao apontar que,

> reconhecer que a aprendizagem da docência não se encerra na conclusão dos cursos de licenciatura, mas deve prosseguir ao longo da carreira, é um passo importante para que o iniciante não desanime diante das dificuldades e se disponha a buscar recursos e apoios necessários, que o façam prosseguir em seu processo de desenvolvimento profissional. Esse movimento, no entanto, não pode ficar restrito à iniciativa pessoal; ele deve encontrar eco nas instituições de ensino e nas políticas educacionais. O principiante precisa receber apoio e orientação no ambiente de trabalho, de modo que reconheça que a docência é uma profissão complexa, que exige um aprendizado constante e que para enfrentar as questões e os desafios da prática cotidiana é preciso continuar estudando, recorrer a colegas mais experientes, buscar apoio, dispor-se a aprender.

Nesse sentido, as Reuniões de Estudos Coletivos têm se constituído enquanto um espaço que possibilita o reconhecimento da docência como uma profissão complexa e como um lugar de enfrentamento dos desafios da prática cotidiana através de estudos, problematizações e discussões coletivas.

Outro momento importante do projeto, se constitui nas "Reuniões Pedagógicas na Universidade" realizadas com o objetivo de discutir e refletir sobre o cotidiano na escola,

mas com atenção especial, para as crianças com dificuldades de aprendizagem da leitura e escrita. As reuniões eram realizadas de forma separada, organizadas por programas, pois cada programa guarda uma especificidade. No caso do PIBID, os bolsistas são estudantes dos primeiros anos do Curso de Pedagogia, no RP dos últimos anos e do Núcleo de Ensino, independente do ano que estivessem cursando. Então, frente ao perfil de aluno atendido por cada programa, estabeleceu-se a periodicidade das reuniões pedagógicas, sendo o PIBID com reuniões semanais e o RP e Núcleo de Ensino com reuniões pedagógicas mensais. Nessa reunião, contamos com a presença das coordenadoras dos projetos, dos bolsistas e dos professores supervisores e/ou preceptores, que também orientam e auxiliam na formulação de práticas pedagógicas a serem desenvolvidas junto à escola, e que, estarão alinhadas a outro momento de desenvolvimento do projeto, as “Orientações Pedagógicas na Escola”. Portanto, nas reuniões pedagógicas socializamos as ações e práticas pedagógicas que vêm sendo desenvolvidas no cotidiano escolar e alinhamos o planejamento das atividades a serem desenvolvidas.

As Orientações Pedagógicas na Escola configuram-se como um momento de acompanhamento e orientação do trabalho pedagógico desenvolvido pelo bolsista no cotidiano escolar para a diminuição das dificuldades de aprendizagem da aquisição da leitura e da escrita. Dentre as múltiplas conceituações de educação e de ensino-aprendizagem, a leitura e a prática em Paulo Freire (1996) mostram-se atuais e necessárias para entendermos o contexto educacional no sentido mais amplo.

Nesse sentido, por meio de uma metodologia dialógica proposta pelo autor (idem), tem-se um apontamento do “fazer” docente, o qual, além de assegurar que o aluno aprenda os diferentes conteúdos, leva-o a compreender que a educação tem como função precípua a formação humana, isto é, contribui para o processo constante de humanização do ser. Desse modo, educação e humanização são termos que não devem ser dicotomizados, pois educar, em resumo, objetiva formar e (trans)formar seres humanos, valorizando processos de mudança dos sujeitos, atualizando suas potencialidades, tornando-os humanos. Ademais, o ato pedagógico é um ato de educar; e o trabalho do educador efetiva-se com e entre seres humanos.

Além disso, é preciso analisar o “ensinar língua”, o que é uma tarefa complexa, especificamente quando a compreensão que se tem dela vai muito além de um conjunto de símbolos, grafemas e fonemas que representam a realidade. Assim, para nós, a língua é compreendida como prática social e, como tal, está inserida na história, na cultura e nos discursos de uma determinada sociedade, sendo tanto veículo de ideologias como instrumento de transformação social.

Por isso, a concepção de língua como prática social essencialmente política e ideológica vem sendo cada vez mais aceita no grande arcabouço dos estudos linguísticos. Bakhtin e Voloshinov (2002), no início do século XX, quando publicaram “Marxismo e Filosofia da linguagem”, e Rajagopalan (2003), atualmente, discutiam favoravelmente a essa compreensão linguística cujos reflexos devem ser sentidos na maneira como ensinamos língua em nossas salas de aula.

Desse modo, conceber a língua como prática social, que tanto reflete quanto constrói os discursos que permeiam a sociedade, requer do professor a consciência de que o ensino de língua não deve se dar de forma alienada e descontextualizada, alheio às demandas sociais, à luta de classes, às relações de poder e aos problemas vivenciados pelos seus estudantes. É nessa lógica que surge o letramento crítico, área de estudos que reivindica a necessidade de engajamento do aluno como sujeito social e crítico em suas práticas de leitura. Por esse viés – que também dialoga com a perspectiva freiriana, não é possível ensinar sem conceber o sujeito a existir no mundo, a se compreender como um sujeito social e, por isso, um agente de mudança da sociedade.

É importante salientar que o letramento crítico não tem a intenção de criar uma metodologia fixa, por meio da qual o professor teria êxito se a cumprisse. Mostra-se, na verdade, como uma atitude assumida em diferentes contextos, nos quais o professor deve incentivar posturas combativas e de curiosidade crítica nas práticas letradas dos seus alunos. E mais, o letramento crítico busca a irresignação do professor, que não se conforma com as disparidades contidas no seio da sociedade, mas busca, através do seu labor, despertar a consciência crítica dos seus alunos. Conforme Soares (2009), em "Letramento: um tema em três gêneros", o letramento é o uso da leitura e da escrita em práticas sociais, isto é, o letramento designa o estado ou condição em que vivem e interagem indivíduos ou grupos sociais letrados. Para a autora, letrar é mais que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto em que a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno.

3. Discussão e resultados

O projeto de ensino “Ler é um ato político” ainda se encontra em desenvolvimento, porém, atualmente, somente com o PIBID Alfabetização (2025-2027). Em 2024, terminou o Programa Residência Pedagógica, regido pelo Edital nº 24/2022 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Núcleo de Ensino não foi contemplado com novas edições. Portanto, ainda não finalizamos a compilação dos dados quantificáveis, mas temos a intenção de que após o encerramento dos três programas, de mensurar e avaliar o número de crianças atendidas, o perfil dessas crianças e as possíveis

contribuições dos estudantes/bolsistas para a diminuição das dificuldades de aprendizagem da aquisição da leitura e da escrita.

Ao que tange aos aspectos qualitativos é possível apontar resultados desde 2022 com a primeira versão do Núcleo de Ensino da Unesp, pois tivemos avanços significativos na aproximação da Universidade com a Escola. Fruto das ações desenvolvidas conseguimos assegurar a melhoria da formação inicial e continuada de professores e a melhoria do cotidiano escolar.

Um aspecto central na melhoria da formação inicial e continuada de professores, foi a criação e manutenção periódica de espaços de debate, discussão e planejamento, como as reuniões de estudos coletivos e as pedagógicas. A periodicidade dos encontros estimula a criação do compromisso com o estudo e sistematização de ideias a serem debatidas tanto pelos estudantes/bolsistas como pelos professores supervisores/preceptores. Esses momentos oportunizam a apropriação de novos estudos e pesquisas da área educacional para confrontar com a prática cotidiana da escola. Um elemento observado na periodicidade das reuniões, é o cansaço e esgotamento dos professores em serviço na escola. Talvez fosse o momento de avançar em termos de aprimoramento dessa política de formação de professores, sobretudo o PIBID, para que os professores das escolas envolvidos programas de ensino e formação de novos professores, pudessem ter garantidos por parte dos sistemas de ensino, uma carga horária maior de planejamento para que pudessem aumentar o tempo de dedicação à supervisão dos estudantes/bolsistas na escola.

Em relação à melhoria do cotidiano escolar podemos apontar, a questão do clima institucional, o apoio ao professor, a dedicação maior e individualizada às crianças com dificuldades e o amadurecimento dos professores em formação inicial em relação à profissão. O clima institucional pode ser sentido e aferido através da identificação dos valores, crenças, simbologias, procedimentos internos e outros elementos, que quando imersos no cotidiano da escola desvelamos na medida em que conseguimos estabelecer relações e compreender os ritos da comunidade escolar. Em nossas vivências junto aos programas, observamos que as escolas contempladas com o projeto “Ler é ato político”, ganham um ânimo novo pelas expectativas positivas trazidas frente às novas ações a serem desenvolvidas e as possibilidades de diálogo com a Universidade. A presença da Universidade na escola e da escola na Universidade floresce a esperança de um diálogo frutífero, que acolhe as inúmeras angústias da profissão do professor em serviço, mas que também, propõe alternativas teóricas e práticas para amenizar o impacto das discrepâncias sociais sentidas no cotidiano escolar.

Nesse sentido, o apoio ao professor se consolida nas relações em que estabelece com os estudantes/bolsistas em formação, com os colegas de profissão e as

coordenadoras dos projetos. O exercício de acompanhar o estudante/ bolsista, com reconhecimento financeiro através das bolsas para professores supervisores e/ou preceptores, desencadeia um profícuo processo de reflexão sobre a formação do outro e de sua própria formação. O trabalho do professor, que na maioria das vezes, se consolida de maneira solitária e isolada, acaba ganhando um outro sentido através da perspectiva coletiva e compartilhada. No Núcleo de Ensino da Unesp, os professores responsáveis pelo acompanhamento dos estudantes/ bolsistas na escola, assim como os coordenadores de projetos, não recebem bolsas ou qualquer outro incentivo financeiro ou de reorganização do tempo de serviço para participar, e esse é um fator que demanda o repensar da organização do programa Núcleo de Ensino da Unesp, privando sempre pela valorização da participação do professor em serviço, uma vez que, este professor já se encontra em sobrecarga de trabalho frente às tarefas a serem cumpridas no cotidiano escolar.

Outro elemento que tem proporcionado a melhoria do cotidiano escolar, é a possibilidade de uma dedicação maior e individualizada às crianças com dificuldades de aprendizagem da aquisição da leitura e da escrita. Em um trabalho conjunto entre professor experiente e estudantes/bolsistas em sala de aula, são diagnosticadas as crianças com dificuldades e encaminhadas para o trabalho em agrupamentos produtivos com estudantes/bolsistas. Observamos que, as crianças atendidas se afeiçoam aos estudantes/bolsistas e com o passar do tempo e o estreitamento da relação, se sentem seguros e abertos ao trabalho de intervenção junto às dificuldades diagnosticadas.

E por fim, o amadurecimento identificado nos estudantes/bolsistas, professores em formação inicial, em relação à profissão. Os futuros professores tomam consciência das atividades desenvolvidas no cotidiano escolar na condição de sujeitos participantes, compreendendo a escola no seu contexto social e os limites do trabalho professor frente a realidade delineada. Observamos que, abandonam aos poucos, na medida do desenvolvimento do projeto, as teses de culpabilização do professor pelas mazelas identificadas na escola, para a compreensão necessária, de que a escola pública brasileira não pode continuar se constituindo única e simplesmente, como um espaço de acolhimento social, mas sim, como um espaço assegurado socialmente para a garantia da apropriação do conhecimento científico produzido pela humanidade, para todas as crianças.

4. Considerações finais

Apresentamos e discutimos neste relato a proposta que está sendo desenvolvida por um grupo interdisciplinar de professores-pesquisadores do projeto de ensino - *Ler é um ato político: leitura e interpretação de textos em tempos pandêmicos* - que está em

andamento na cidade de São José do Rio Preto desde 2022, envolvendo três programas de ensino, Núcleo e Ensino da Unesp (2022-2023), PIBID (2022-2024) (2025-2027) e o extinto RP (2022-20424), desenvolvidos no curso de Pedagogia do IBILCE/UNESP, com o objetivo de propiciar e estimular o desenvolvimento das habilidades linguístico-discursivas: falar, escutar, ler, compreender, analisar, refletir e escrever, por meio de práticas leitoras a partir de diferentes gêneros discursivos, em crianças apresentando dificuldades de aprendizagem na aquisição da leitura e da escrita no pós período pandêmico.

Em que pese ainda não termos avançado nos aspectos quantificáveis, nos aspectos qualitativos foi possível apontar resultados significativos na aproximação da Universidade com a Escola, conseguindo assegurar uma melhora da formação inicial e continuada de professores, frente às oportunidades de reflexão teórica e reorganização das práticas em sala de aula oportunizadas pela metodologia do projeto “Ler é um ato político”.

Outro importante resultado é a melhoria do cotidiano escolar, ocasionado, pela melhora no clima institucional proporcionando ânimo e significado ao trabalho do professor, pelo apoio ao professor através de ações coletivas e compartilhadas, pela possibilidade de uma dedicação maior e individualizada às crianças em defasagem da aquisição da leitura e da escrita, e por fim, pelo amadurecimento identificado nos estudantes/bolsistas em formação em relação à profissão e função social da escola.

5. Principais referências

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Professores iniciantes: egressos de programas de iniciação à docência. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 23, 2018.

BARBERIA, Lorena G.; CANTARELLI, Luiz G. R.; SCHMALZ, Pedro Henrique de Santana. *Uma avaliação dos programas de educação pública remota dos estados e capitais brasileiros durante a pandemia do COVID-19*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Ciência Política, [2020]. Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

BAKHTIN, M.; VOLOCHÍNOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 2. ed. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1981.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. Londres; Nova York: Routledge, 2003.

FERNANDES, Maria José da Silva; MENDONÇA, Sueli Guadelupe de Lima. PIBID: uma contribuição à política de formação docente. *EntreVer – Revista das Licenciaturas*, Florianópolis, v. 3, n. 4, p. 220-236, 2013. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/114892. Acesso em: 14 maio 2026.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 32. ed. São Paulo: Cortez, 1996. (Coleção Questões de Nossa Época, v. 13).

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

SÃO PAULO (Estado). *A organização dos alunos para as situações de recuperação das aprendizagens: uma conversa sobre agrupamentos produtivos em sala de aula*. São Paulo: Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo, [s.d.]. Disponível em: http://www.escoladeformacao.sp.gov.br/portais/Portals/183/repositorios/biblioteca/Agrupamentos%20produtivos.pdf. Acesso em: 25 set. 2023.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

[i] No PIBID temos a figura do professor supervisor, o docente da escola de educação básica das redes públicas e ensino que integra o projeto institucional, responsável por acompanhar e supervisionar as atividades dos bolsistas de iniciação à docência. No extinto RP tínhamos a figura do Preceptor, que é o professor da escola de educação básica responsável por acompanhar e orientar os residentes nas atividades desenvolvidas na escola-campo.